A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares

*Haruf Salmen Espindola**

A Capitania de Minas Gerais viveu durante o século XVIII (1701-1800) o auge da mineração do ouro e da extração do diamante. Nessa época, a faixa do território localizada na porção leste, entre a área central mineradora e o litoral da Capitania do Espírito Santo, era conhecida como "Sertões do Rio Doce". Essa zona era coberta pela Mata Atlântica e, durante o Ciclo do Ouro, serviu de barreira natural ao contrabando do minério precioso. As autoridades capixabas tinham ordens expressas de prender qualquer um que chegasse ao litoral pelo Rio Doce. Os habitantes indígenas e a floresta eram aliados involuntários dos interesses da Coroa Portuguesa.

Entretanto, quando os veios auríferos se esgotaram, a paz no interior da floresta foi quebrada pela ruidosa presença dos soldados das Divisões Militares do Rio Doce, sob o comando da Junta de Conquista, Civilização e Navegação do Rio Doce. Em 1808, foi declarada a "Guerra Ofensiva aos Botocudos", pela Carta Régia de 13 de maio. Os habitantes indígenas foram considerados inimigos e os soldados receberam ordens de perseguí-los e eliminá-los a qualquer custo.

No contexto de luta contra os Botocudos, entre 1808 e 1831, surgiu a localidade que mais tarde deu origem à cidade de Governador Valadares. A primeira presença permanente, no território desse município, ocorreu na localidade de Baguari, onde foi instalado um dos quartéis da 1ª Divisão Militar do Rio Doce. Em 1818, um segundo quartel, da 6ª Divisão Militar, foi levantado poucos quilômetros abaixo, com o nome de Dom Manoel. O local serviu de porto de canoas, em torno do qual surgiu um amontoado de casebres, onde os moradores levavam uma vida pacata e cheia de dificuldades. Durante o século XIX, a pobreza das famílias, o isolamento em que se encontravam, o tráfego incerto e esporádico de canoas, que provocava falta de alimentos, obrigavam os moradores, freqüentemente, a abandonarem o povoado.

O nome "Dom Manoel" ficou restrito ao uso oficial, pois desde os primeiros tempos a localidade ficou conhecida com o nome de porto da **Figueira do Rio Doce** ou simplesmente porto da **Figueira**. A posição estratégica da localidade destacou-se desde o início, especialmente com relação ao comércio do sal, mercadoria imprescindível para a sobrevivência das povoações do Nordeste de Minas. Beneficiado pela sua posição, tornou-se porto para o escoamento da produção proveniente do Vale do Suaçuí e do Santo Antônio. Isso fez de **Figueira** um modesto entreposto comercial, garantindo-lhe

a sobrevivência no centro de um "deserto verde".

Em 1882, o Aldeamento Indígena Imaculada Conceição, criado em 1872 no lugar denominado Poaia, foi transferido, por ato do Presidente da Província, para o lugar denominado Porto de D. Manoel. Nessa época, os indígenas já não tinham a altivez dos tempos da guerra pois, desde 1872, pela ação dos frades capuchinhos, a catequese religiosa conseguira o que os militares não obtiveram, o fim dos temidos Botocudos. O número de índios reduzia-se rapidamente, à medida que eram aldeados, por causa das doenças. Os filhos dos índios eram retirados do convívio materno, para serem educados separadamente. Também era promovido o casamento dos índios com os brasileiros[1]. Dessa forma, foi-se extinguindo a nação dos Botocudos. Em 1894, por decreto de 10 de outubro, foi extinto o Aldeamento de D. Manoel, do município de Peçanha, com as seguintes alegações: não ter mais finalidade, pelo reduzido número de índios, pela irregularidade generalizada na administração dos seus diretores e pela incapacidade do governo de fiscalizar o uso que se fazia do dinheiro público.

O arraial de Figueira pertencia ao Distrito de Peçanha, do município do Serro Frio. Em 1878, Peçanha emancipou-se com o nome de Suaçuí, tendo em Figueira o ponto extremo da ocupação humana, dentro da zona florestal. Nessa época, para garantir a integridade de seu território, Peçanha conseguiu que **Figueira** fosse transformada em distrito, pela lei nº 3.077, de 6 de novembro de 1882, com a denominação de **Baguari**. Houve um equívoco do legislador, ao nomear o novo distrito, que foi corrigido, em seguida, com a lei nº 3.198, de 23 de setembro de 1884, com a mudança de denominação para Figueira.

Em 1907, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Derribadinha, localizada na margem do Rio Doce, no lado oposto ao do povoado de Figueira. Em torno da estação formou-se um vilarejo, onde se instalaram fornecedores da estrada de ferro, contribuindo para a formação de um pequeno e movimentado comércio. Mas a prosperidade do lugar durou pouco, porque três anos depois, com a construção da ponte sobre o Rio Doce, foi inaugurada a estação de Figueira, no dia 15 de agosto de 1910. Com isso, a rota do comércio transferiu-se para o outro lado do Rio Doce. Esse fato consolidou a posição de Figueira como entreposto comercial e deu início ao crescimento do pequeno arraial.

Com a estrada de ferro, começaram a chegar os primeiros comerciantes compradores de café e os madeireiros, além de aventureiros em busca de riqueza. Estava aberto o processo de crescimento do pequeno arraial, lento no início, acelerando-se na década de 20 e 30, para atingir o auge entre 1940-1960. Dos antigos habitantes do arraial, somente se destacou Serralima, nascido em Figueira, em 1874, filho do cabo Antônio Máximo de Oliveira, responsável pelo Quartel Dom Manoel.

A história de Serralima está intimamente ligada à decisão da Câmara Municipal de Peçanha de mandar fazer, em 1915, a planta geral de Figueira, garantindo-lhe, para o futuro, um traçado urbano moderno, a exemplo do que ocorrerá com Belo Horizonte,

capital do Estado. O serviço de topografia foi executado por Olímpio de Caldas Freitas, tendo o carpinteiro José Serralima de Oliveira como auxiliar. Este foi investido da função de fiscal e, graças à sua persistente atuação e trabalho de medição dos lotes, garantiu que as construções respeitassem o traçado planejado e não bloqueassem as ruas e avançassem sobre as calçadas projetadas. A importância de Serralima foi tão significativa, que a tradição popular atribui a ale a autoria do traçado urbano de Governador Valadares.

Nos anos vinte, a vida girava em torno de uma única rua, conhecida como Rua Direita. Os trilhos da estrada de ferro ficavam à esquerda e o rio passava à direita, no sentido litoral. A Estação Ferroviária ficava no ponto onde estava projetado o início daquela que seria, futuramente, a principal avenida da cidade[2]. Próximo à estação ferroviária, formou-se um enorme descampado, de onde se erguia paredes de poeira de vários metros. A ocupação da referida avenida estava se iniciando, modestamente, mas o centro urbano da futura cidade ainda era coberto de mata e a avenida era o início da picada que atravessa a Mata do Péla Macaco[3], em direção ao povoado de Chonim, que ficava a um dia de viagem (cerca de 25 km de Figueira).

Nos anos vinte, além da rua Direita, existiam uma outra, rua denominada "Rua de Cima" e, no final desta, um pequena rua transversal, conhecida como "sabuco", um ponto de baixo meretrício, próximo ao rio. Essa transversal era o ponto inicial da futura Rua São Paulo, onde se instalariam grandes armazéns atacadistas, nos anos cinqüenta. Existia, no início do caminho que ia para Peçanha, atravessando em diagonal o traçado dos quarteirões desenhado para a cidade, entre as atuais ruas centrais (Belo Horizonte, São Paulo e Mal. Deodoro), a zona boêmia propriamente dita. Esse local era conhecida com a rua do "torresmo". A pouca distância que separava o povoado e o torresmo, era coberta de capoeira[4] e, nos fundos das casas da zona boêmia, e depois dela, dominava a floresta.

Até os anos trinta, a base da economia do distrito de Figueira era a mesma da região do rio Doce, compondo-se do café e da madeira, exportada em forma de toras. Esses produtos sustentaram a receita da Estrada de Ferro Vitória a Minas até os anos quarenta, quando teve início a exportação de minério de ferro. Além de receber a produção de café e madeira destinada à ferrovia, Figueira passou a contar com tropeiros vindos de longe, carregados de toda sorte de mercadorias, tais como feijão, milho, farinha, rapadura, queijo, toucinho. De volta, levavam o sal, querosene, peças de fazendas, ferramentas, utensílios diversos. O comércio era dominado pela filial da firma capixaba Mafra & Irmãos, até 1930, quando ela faliu devido à crise internacional de 1929.

A pecuária não tinha ainda a expressão que viria a adquirir na década de quarenta, mas já possuía na *invernada* a sua característica marcante, ou seja, a engorda do gado para os grandes mercados consumidores. Uma característica das propriedades rurais do distrito de Figueira, era a ausência das casas de fazenda típicas de Minas Gerais, substituídas por construções modestas e precárias, pois, afinal, os fazendeiros residiam

na cidade e, muitos deles, também eram comerciantes. As boiadas circulavam livremente pelo povoado, estacionando-se próximo à estação ferroviária. No local, onde se implantou o futuro bairro de classe média alta, nos anos vinte, havia o "pasto dos Cabral", destinado ao abrigo e repouso do gado, antes do embarque ferroviário.

O comércio era bem diferente do que existe hoje. Os comerciantes vendiam de tudo, de tecidos a cereais, de ferragens a armarinho, chapéus e calçados. Ofereciam também armas e munições ao lado de sal-amargo, quinina e bicarbonato. Vendiam óculos e dentaduras, que já vinham prontos e o freguês experimentava para ver o que lhe servia. Os mesmos estabelecimentos compravam tudo que lhes traziam os lavradores e extrativistas, de produtos agrícolas às drogas da floresta e couros de onça. Os únicos estabelecimentos especializados eram os de secos e molhados, porque os outros não recusavam nada na hora de comprar e vendiam de tudo.

A dinâmica econômica criada pela estrada de ferro possibilitou a inauguração da primeira agência bancária, em 1931, pertencente ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Antes, o banco operava com um representante da agência de Itabira, na pessoa do comerciante e pecuarista Gil Pacheco. Por interferência deste, decidiu-se por abrir uma agência local. Outros bancos também funcionavam por intermédio de agentes que os representavam, como o Banco do Brasil, representado pela firma Mafra e, depois da falência dessa empresa, pelo comprador dos espólios do armazém de Figueira, Seleme Hilel.

Em 1930, Figueira contava com uma população de 2.103 habitantes[5] e tinha a aparência de um lugarejo pobre, perdido no meio da floresta. Nessa época, os antigos habitantes Botocudos já estavam quase extintos, a não ser por pequenos remanescentes, com destaque para o grupo Krenak, aldeado próximo à cidade de Resplendor. A maior parte da floresta continuava de pé, porém não duraria muito tempo, pois tinha se iniciado a era da siderurgia a carvão vegetal, e a era das serrarias estava próxima.

O nome Figueira tornou-se oficial em 1923, por ato do Presidente do Estado de Minas. É curioso o fato envolvendo essa decisão, porque em nenhum ato anterior e nem no uso corrente foi usado alguma vez o nome Santo Antônio da Figueira, mas, apesar disso, a lei de 7 de setembro daquele ano, determinou que Santo Antônio da Figueira passasse a se chamar **Figueira**[6]. Em 1934, já tramitava o processo pela emancipação, tendo recebido manifestações favoráveis de diversas partes, incluindo representação de muitas localidades, como Itanhomi, Pedra Corrida, São Sebastião do Brejaúba, Naque, Cachoeira Escura, todas querendo se integrar ao novo município. Em 1935, foi formado o "Partido Emancipador de Figueira", chefiado por Gil Pacheco, destinado a comandar a luta pró-emancipação. Em 31 de dezembro de 1937, finalmente, foi criado o município de Figueira, desmembrado de Peçanha, por ato do governador Benedito Valadares. O decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, mudou o nome para **Governador Valadares**. A tradição conta que, entre as pessoas de

destaque da época, apenas Gil Pacheco e o engenheiro Justino da Conceição Júnior, futuro "chefe" da UDN, não colocaram o nome no abaixo-assinado pela mudança da denominação do novo município.

Nos anos trinta, duas obras foram importantes para Figueira: a construção da estrada ligando-a com Peçanha e a da estrada para Itambacuri. Esta última, construída sobre o comando do engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht, que veio para o Brasil em 1888, tendo trabalhado em diversas atividades, antes de desembarcar em Figueira com a missão de construir a referida estrada, em 1934, onde se radicou, definitivamente. Com essa estrada, estabeleceu-se uma das condições fundamentais para o desenvolvimento da pecuária no distrito de Figueira.

Em 1940, a população de Governador Valadares chegou a 5.734 habitantes, quando se iniciou o grande *boom* da economia regional. O município beneficiou-se da crescente exploração dos recursos naturais: madeira, pedras preciosas, mica, solos férteis. A paisagem urbana modificou-se rapidamente, respeitando o traçado urbano planejado, transformando o antigo distrito de paz na cidade pólo regional. Em 1950 a população já era de 20.357 e dez anos depois atingiu a espetacular cifra de 70.494 habitantes. O ritmo diminuiu desde então, mas continuou a aumentar, alcançando 125.174 habitantes em 1970 e 230.524 habitantes, pelo recenseamento de 1991.

O espetacular crescimento de Governador Valadares tem sua origem na fertilidade das terras desmatadas, para formação de pastagens de *invernada* e para agricultura, na maior facilidade de aquisição de propriedades e estabelecimento de posses e na presença de riquezas naturais de rápida exploração, como a madeira de lei, a lenha, o carvão e a mica. A cidade beneficiou-se do crescimento da economia regional e da expansão demográfica, que variou entre 100 e 600%, nas décadas de quarenta e cinqüenta. A cidade assumiu diversas funções urbanas: primeiro, tornou-se pólo de beneficiamento e distribuição dos produtos regionais (mica, pedras semipreciosas, madeira, couros, cereais, etc.); segundo, passou a ser um importante centro de pecuária de engorda, com um dos maiores rebanhos do estado; terceiro, como centro comercial importante, distribuindo produtos nacionais e importados.

O dinamismo econômico de Governador Valadares fazia notar pela diversificação da oferta de produtos e pelos valores médios dos salários e dos preços, que não se afastavam muito dos que eram praticados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte. Havia uma intensa movimentação de negociantes e representantes das principais firmas comerciais do País. Nos anos cinqüenta, as casas comerciais eram detentoras de grandes estoques de mercadorias e enorme freguesia regional. Governador Valadares transformou-se num importante entreposto comercial, consolidando-se como pólo regional.

Nos anos quarenta, a cidade não estava livre de problemas típicos das zonas pioneiras, particularmente, de abastecimento d'água, saneamento e eletricidade. A água era buscada no Rio Doce ou comprada de carroceiros, que se abasteciam no rio e ofereciam o produto

de porta em porta. No calor muito forte, era comum os carroceiros se refrescarem na mesma água que era vendida. Nas residências e casas comerciais, a água era colocada em recipientes para decantar o barro nela contido e depois era filtrada. Mas poucos usavam fervê-la.

A maior dificuldade enfrentada pelos colonizadores do Vale do Rio Doce era a malária. Na área de expansão urbana ficava a lagoa do Sapo, que servia de bebedouro para as boiadas e constituía-se num dos maiores focos do mosquito transmissor. A eliminação da lagoa do Sapo somente foi conseguida vencendo a enorme resistência dos que a utilizavam. O seu fim significou um grande alívio para a população urbana. Era comum ver nas ruas de Governador Valadares o espetáculo de doentes definhando pelo chão. Além da malária havia grande incidência de leishmaniose e esquistossomose.

A II Guerra Munidal foi um fator importante no "boom" da economia regional, ao provocar o plano de saneamento do Vale do Rio Doce, com implantação do Serviço de Saúde Pública – SESP, em 1942, financiado pelos Estados Unidos. Os problemas da água e das endemias foram resolvidos pelo SESP. Este órgão foi resultado dos acordos de Washington, que garantiram para o Vale do Rio Doce e do Rio Amazonas os programas especiais de saneamento, em razão da mica e da seringueira serem matérias-primas estratégicas. "A guerra trouxe o combate ao anofelino, acabou com a leishmaniose, com o calazar, com o 'diabo'. Tudo através do programa do SESP de saneamento básico e também de assistência médica, porque ele incorporou o Centro de Saúde, depois construiu um centro de saúde modelar... Naquela época tínhamos poucos médicos em Governador Valadares, quase todos passaram a prestar serviço no SESP, dentro da sua especialização."[7]

O terceiro problema mencionado foi o da energia elétrica. A Prefeitura operava uma caldeira de 200 CV. Em 1947, quando a UDN chegou ao governo do Estado, com Milton Campos, e, em Governador Valadares, com Dilermando Rodrigues de Melo, um grupo, liderado pelo chefe do partido no município, Justino Carlos da Conceição Junior, foi solicitar ao governador encampar a energia da cidade. Milton Campos mandou que eles formassem uma Companhia e ofereceu um motor de 600 CV, que estava largado na beira da Estrada de Ferro Vitória a Minas, perto da Estação de Naque. Com esse motor, fundou-se a Companhia de Força e Luz da Figueira do Rio Doce, que propiciou um acréscimo considerável de energia para uma cidade que vivia às escuras. A essa energia juntou-se o fornecimento das sobras de energia não utilizada, pela Companhia Agropastoril Rio Doce[8], na fábrica de compensados e na serraria. No governo seguinte, de Juscelino Kubitschek, em cuja campanha, na região, a Companhia Agropastoril teve papel destacado, o problema foi resolvido, pela interferência do presidente dessa, Júlio Soares, com a criação da Companhia do Médio Rio Doce e a construção da Usina de Tronqueiras, que entrou em funcionamento por volta de 1952/53.

Em Governador Valadares, desenvolveu-se a atividade agrícola de maior porte,

controlada pela subsidiária da Siderúrgica Belgo Mineira, Companhia Açucareira do Rio Doce (CARDO). A cultura da cana-de-açúcar, explorada pela CARDO, aproveitava a baixada aluvial a jusante da cidade de Gov. Valadares, localizada depois das instalações da Companhia Agropastoril. A demanda de cana-de-açúcar propiciou a expansão da lavoura canavieira em outros municípios, particularmente em Tarumirim e Açucena, porém não em quantidade suficiente para garantir o abastecimento da usina. A Usina de Açúcar foi fechada, no início dos anos setenta, por baixa produção, desaparecendo as plantações de cana-de-açúcar.

Antes da crise da cafeicultura, nos anos trinta, em toda a região de Governador Valadares havia uma produção regular de café, nas terras mais elevadas e afastadas das margens do Rio Doce, porém elas desapareceram nas décadas seguintes[9]. Nos terraços e baixadas aluviais apareciam as lavouras de feijão, arroz e milho, sendo que esta última correspondia a 48,32% da área ocupada pelas quatro principais culturas. A cidade concentrava os armazéns que compravam a produção local e regional e a exportava para fora da região. A agricultura, no entanto, não despertava muito interesse da população radicada em Governador Valadares. As ricas terras aluviais e as áreas desmatadas eram incorporadas como pastagens, ficando assim, economicamente, no mesmo nível das terras já degradadas pela agricultura, tradicionalmente ocupadas pela pecuária.

A expansão da pecuária foi acelerada com o saneamento.

> Isso aqui era uma reserva ecológica, vamos dizer assim; foi a mais recente fronteira de 50 anos para cá, que foi aberta em Minas Gerais. O anofelino, mosquito transmissor da malária, guardou isso aqui para as novas gerações. O mosquito manteve aqui, o médio rio Doce, resguardado como um patrimônio natural formidável. As reservas naturais foram uma grande fonte de colonização, a mica, como matéria-prima essencial ao esforço de guerra, e a madeira. Logo em seguida, tirada a madeira, veio o colonhão; não se sabe quem trouxe; diz o Lyrio Cabral que foi o pai dele quem trouxe. O colonhão entrou com agressividade e trouxe consigo a pecuária. Então, não conhecemos as fases clássicas da exploração da madeira e extrativismo florestal, seguida da agricultura comercial e de subsistência, depois de outras atividades de transformação industrial ou da pecuária. Nós saltamos direto das devastações das matas para a pecuária. Razão porque nós não temos tradição agrícola aqui.[10]

A exploração da mica[11] ganhou destaque nos anos trinta e quarenta, em especial durante a II Guerra Mundial. A mica era empregada na fabricação de materiais elétricos e instrumentos de precisão, servindo de matéria-prima necessária à indústria bélica. Em função da guerra, a produção destinada aos Estados Unidos quase que exclusivamente, foi

ampliada consideravelmente, tornando-se um negócio altamente lucrativo. Os empresários do setor de beneficiamento também controlavam as jazidas, empregando dezenas ou centenas de funcionários, como a CEMIL, que dominava cinco jazidas, onde trabalhavam 250 homens, enquanto a fábrica de beneficiamento empregava cerca de 150 operários, a maioria mulheres e menores. Entretanto, passada a euforia da Segunda Guerra mundial, ocorreu a retração do mercado da mica, agravada nos anos sessenta, pela substituição dessa matéria-prima por outros produtos. A imprensa local, em 28 de julho de 1959[12], trazia na primeira página a manchete: "Colapso no Comércio de Mica".

A partir de 1960, a produção de mica caiu em queda livre, registrando-se, no final dessa década, uma produção bastante irrisória. O refluxo da atividade extrativa da mica teve conseqüências sérias para a economia local, com redução do número de empregos do setor, de cerca de 3.000 pessoas, no início dos anos cinqüenta, para cerca de 500 empregos, no início dos anos sessenta. Além dos empregos diretos, a queda da demanda no mercado atingiu fortemente as centenas de famílias que trabalhavam a mica em suas próprias casas.[13]

Ao lado da mica, destacaram-se as atividades de beneficiamento da madeira, cujo auge também concentrou-se nos anos quarenta e cinqüenta, quando assumiram o papel de motores do crescimento de Gov. Valadares. A indústria da madeira teve início nos anos vinte, com a produção de dormentes para a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Até os anos trinta, a exploração não se deu em bases racionais, de forma que se pudesse caracterizá-la como um empreendimento capitalista. Os primeiros madeireiros desdobravam as toras no braço e tiravam os pranchões da mata, com ajuda de animais de cangalha, de preferência o jumento.

Outra atividade que impulsionou a economia local foi a produção de carvão, destinada às usinas siderúrgicas mineiras. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi exigido das usinas que funcionassem a todo vapor, pois o conflito criara toda sorte de empecilhos para as importações de aço e derivados, como trilhos para estradas de ferro. Para atender à essa necessidade, as companhias siderúrgicas aceleraram a devastação da floresta do vale do médio rio Doce, aumentando as aquisições dos fornecedores particulares. A Siderúrgica Belgo Mineira criou uma série de facilidades para fazendeiros legitimarem suas terras, em troca do fornecimento da madeira de lei para a Companhia Agropastoril, sediada em Governador Valadares, e do carvão para a usina de João Monlevade. Aliada ao crescimento da demanda de lenha doméstica por parte da crescente população, e da lenha de uso industrial, por causa da expansão econômica, a extração de carvão acelerou a destruição das matas.

Governador Valadares atraiu uma grande quantidade de migrantes, vindos das zonas vizinhas do vale do Suaçuí, Zona da Mata, Mucuri e Espírito Santo, em busca de oportunidades de negócio ou de trabalho. Muitos eram aventureiros em busca da fortuna fácil, mas a maioria era formada por modestos lavradores que deixavam o campo pela perspectiva de melhores ganhos oferecidos

pelo emprego urbano. Na cidade, estabeleceram-se alguns migrantes nordestinos, que desistiam de continuar viagem para São Paulo, estabelecendo-se, particularmente, no artesanato de couro. Na década de cinqüenta e sessenta, a cidade tragou a população rural do município, atraída pelas condições de vida e pelos níveis salariais existentes. A cidade oferecia ampla oportunidade de emprego nas serrarias, oficinas de mica, abatedouros, armazéns atacadistas, comércio varejista, indústrias diversas, na construção civil, entre outras ocupações criadas pela rápida expansão urbana.

Na década de cinqüenta, Governador Valadares sobressaiu-se como o centro de beneficiamento da próspera atividade madeireira. Possuía em torno de quatorze serrarias e uma grande fábrica de compensados. As serrarias da cidade exploraram as matas dos municípios de Itambacuri, Coronel Fabriciano e Conselheiro Pena. Os maiores consumidores da produção de Governador Valadares eram Vitória, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A principal empresa do ramo madeireiro foi a Companhia Agropastoril Rio Doce, que entrou em funcionamento em agosto de 1943. Ela instalou uma das mais modernas fábricas de compensados do país. Essa empresa foi criada para aproveitar a madeira que não era usada na produção do carvão vegetal. A Agropastoril ficava a cerca de três quilômetros do centro de Gov. Valadares, com a fábrica de compensado de um lado da estrada de ferro e, do outro, a serraria.

Houve importantes empresas no setor de transformação, além da Agropastoril e CARDO, com destaque para Indústria Madeireira e Pecuária Cabral S.A. (IMAPEBRA), Serraria Aliança Ltda., Serraria Progresso S.A., Casa Iguaçu de Cereais Ltda., com fábrica de banha, Cerâmica Santo Inácio Ltda., Biscoitos Caiubi Ltda., Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, dentre outras.

No final dos anos cinqüenta, com o crescente distanciamento das matas e o início da escassez da madeira, a Belgo Mineira desinteressou-se pela produção do compensado e resolveu desfazer-se da Agropastoril. A Companhia Brasileira de Indústria e Comércio – Cobraice – acabou por comprar a empresa, em 1958. Ela era especializada em madeira serrada, contando com duas grandes serrarias instaladas em Governador Valadares, e tinha sua sede em Belo Horizonte. O problema da falta de madeira começou a se agravar a partir da metade dos anos cinqüenta, levando muitas serrarias de grande porte a encerrar suas atividades.

O município contava, em meados dos anos cinqüenta, com 1.813 estabelecimentos comerciais. Desses, 104 atacadistas e 1.280 varejistas concentravam-se na cidade; localizados em outros pontos fora da sede do município estavam 7 atacadistas e 422 varejistas. Estavam registrados 733 veículos motorizados, sendo 221 automóveis e jipes, 9 ônibus, 8 caminhonetes e 20 veículos de outra natureza; de carga, havia 309 caminhões, 123 camionetas, 43 tratores. Na classe dos não motorizados era grande o número de charretes, carroças e bicicletas.

Entretanto, à medida que os recursos naturais começaram a se esgotar e os empreendimentos passaram a exigir investimentos de capital para se obterem ganhos de produtividade, a opção do capital foi migrar. Esse passado ficou fixado na paisagem, que revela muitas ruínas de serrarias, a antiga usina de açúcar, o prédio da fábrica de compensados, dentre outros. Nos anos sessenta, intensificou-se a tendência de o capital madeireiro migrar, transferindo-se para o norte do Espírito Santo e Sul da Bahia.

O conjunto da região em que Governador Valadares está inserida, de pólo de atração e crescimento, converteu-se, gradativamente, em reservatório de mão-de-obra industrial e de mão-de-obra para o trabalho doméstico. A década de sessenta é marcada pelo início do processo de involução demográfica e econômica, ou seja, perda contínua de população e atividades produtivas, encerrando-se o ciclo de expansão. A população iniciou um processo migratório, deixando a região em busca de novas fronteiras agrícolas e dos centros industriais em expansão. Nessa década, o número dos emigrantes atingiu mais de 670.000 indivíduos e, nos anos setenta, o número de emigrantes subiu para cerca de 750.000.

O processo regional refletiu-se diretamente sobre a economia de Governador Valadares, que perdeu a dinâmica anterior. Nos anos setenta, a situação agravou-se pela dificuldade dos empresários em perceber as mudanças em curso e adotar novas práticas econômicas, pautadas numa mentalidade empreendedora. A base extrativista da economia havia se esgotado, porém não houve capacidade de reconversão econômica.

Os anos setenta foram de incomparável crescimento econômico de Minas Gerais, com índices superiores a 10% a.a., atingindo até 18,2% a.a. (1974)[14]. Nessa década, contrariamente, a Região do Rio Doce[15] apresentou índice negativo de crescimento, com a população regional reduzindo-se em 0,14% a.a.. Entre 1960 e 1980, a participação regional no PIB mineiro reduziu-se de 7,2% para 5,7%. A região, que foi considerada a "terra da promissão", desde que o termo surgiu em documentos do final do século XVIII até a década de cinqüenta do século XX, passou a ser mencionada nos documentos oficiais, a partir dos anos sessenta, como "região problema".

A pecuária não agregou novas técnicas, continuando restrita à simples exploração da capacidade dos solos. A conseqüência foi a queda da quantidade de cabeças de gado que um hectare suportava, reduzindo-se de uma média de duas cabeças/hectare/ano, nos anos cinqüenta, para uma média, no início dos anos 80, de 0,8 cabeças/hectare/ano, para o capim-colonhão.[16] Dessa forma, ela entrou num processo de regressão, com a diminuição do rebanho em 18,5%, entre 1975-1985 (Censo Agropecuário, 1985). Dois grandes frigoríficos foram fechados, nos anos oitenta. Por sua vez, a agricultura de importância desapareceu de Governador Valadares, que se tornou uma grande importadora de gêneros agrícolas. O poder público pouco fez no sentido de investir em infra-estrutura na zona rural e fomentar a modernização da agropecuária. Esses fatores inviabilizaram qualquer possibilidade de desenvolvimento agro-industrial.

A importância da função polarizadora e o papel do setor terciário perderam força, a partir da década de setenta. Não houve a criação de novos empreendimentos que propiciassem a manutenção da dinâmica urbana, à medida que esta perdeu as vantagens propiciadas pela sua inserção regional. Na realidade, a decadência da região incidiu sobre a cidade, reduzindo sua função de pólo e produzindo-se a tendência à estagnação, que tende a persistir, desde a década de setenta.

Governador Valadares foi a única cidade da sua zona de influência direta que continuou a manter um crescimento demográfico, porém a um ritmo menor que o crescimento vegetativo. Em 1993, calculou-se que cerca de 27.000 valadarenses haviam emigrado para o exterior, grande parte deles na faixa entre 16 e 35 anos.[17] Os dólares enviados pelos emigrantes movimentaram a indústria da construção civil, o comércio, e propiciaram a abertura de muitos negócios. Esses recursos foram fundamentais para manter a dinâmica da economia, nos anos oitenta e princípio dos noventa.

Hoje, Governador Valadares possui cinco dilemas de magnitude considerável: 1) escassez de capitais; 2) abundância de mão-de-obra; 3) redução de sua influência no mercado regional, com tendência a perda da função pólo; 4) baixo nível técnico/tecnológico da força de trabalho e da capacidade de empreendimento da iniciativa privada; e 5) graves problemas ambientais, especialmente degradação dos solos e rios, em conseqüência da história econômica anterior.

O município necessita de um diagnóstico detalhado, da análise da sua possibilidade real de desenvolvimento e da participação de todos os seus segmentos sociais. Dessa forma, poderão surgir alternativas concretas, que incorporem métodos dinamizadores e tecnologias apropriadas. O desenvolvimento requer estudos detalhados e o conhecimento da direção para onde se quer modificar a estrutura produtiva. A política não deixa de ser fundamental e, conse-qüentemente, é necessário que a comunidade seja capaz de cobrar a parte que cabe ao poder público, mas ele não substitui a sociedade civil na promoção do desenvolvimento. ■

Fontes

Impressas

- Diário do Rio Doce. Governador Valadares. 1958-1997.
- Voz do Rio Doce. 1945-1947.

Orais

- Armando Vieira. Ficha técnica: Tipo de entrevista: história oral de vida; Entrevistadores: Flávia Augusta Vianna e Deni Lopes Costalonga; Levantamento de dados e roteiro: Haruf Salmen Espindola; Local: Governador Valadares – MG; Data: novembro de 1997. (Em processo de editoração)
- Hermírio Gomes da Silva. Ficha técnica: Tipo de entrevista: história oral de vida; Entrevistadores: Flávia Augusta Vianna e Deni Lopes Costalonga; Levantamento de dados e roteiro: Haruf Salmen Espindola; Local: Governador Valadares – MG; Data: novembro de 1997. (Em processo de editoração)
- Oswaldo Alcântara. Ficha técnica: Tipo de entrevista: história oral temática; Entrevistadores:

Haruf Salmen Espindola e Flaviana Tavares; Levantamento de dados e roteiro: Haruf Salmen Espindola; Local: Governador Valadares – MG; Data: novembro de 1997. (Em processo de editoração)

Bibliogria

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Saterb, 1971.

PAULA, João Antônio de. (Coord.) **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997.

BORDIOU, Pierre. **Espaço social e gênese das classes**. EDU/DUSP, p133-161

Companhia Vale do Rio Doce. **Perspectivas de desenvolvimento industrial da Região do Rio Doce**. III vol., São Paulo, SERETE, 1963.

CORAGGIO, J.L. **Territórios em transicion a la planificacion regional em América Latina**. Quito, ed ciudad, 1987.

COSTA, Edmar Campelo. **Epopéia de Pioneiros**. Belo Horizonte, s/ed, 1977.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do Vale do Rio Doce**, 1995. (mimeo.)

FONTENELLE, Raposo, L.F. **Aimorés: análises antropológicas de um programa de saúde**. Rio de Janeiro, DASP: Serviço de documentação,1959.

FONSECA, José Raymundo. **Figueira do Rio Doce**. s/l, s/ed, s/d.

Governador Valadares. In.: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, IBGE, 1959, v. 25, p. 156-162.

Revista Acaiaca. nº 32, Novembro de 1951. (Número especial sobre Governador Valadares).

SILVA, Geraldo H. C. da. **A ação da indústria da madeira em Governador Valadares: o caso da Companhia Agropastoril Rio Doce**. Governador Valadares, Univale, 1997. (Monografia)

SOARES, Ruth. **Memórias de uma cidade**. Governador Valadares, Tribuna Fiel, s/d.

STRAUCH, Ney. **Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1958.

_____. **A Bacia do Rio Doce**. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE **Governador Valadares. Integrado: Diagnóstico. Plano de Desenvolvimento Local**. Governador Valadares, Prefeitura Municipal; Belo Horizonte, 3P – Pesquisas, Planejamento e Projetos S.A., 1972.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades**. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, UFMG, 1988.

VAINEIR, Carlos B. **Grandes projetos e organização territorial: os valores do planejamento regional**. Rio de Janeiro, 1989.

Notas

* Haruf Salmen Espindola é mestre em História Política pela Universidade de Brasília – UnB, e doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP. Professor titular de História do Departamento de Ciência Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Bolsista da CAPES.

1 Os brasileiros eram todos os nacionais não índios.

2 Avenida Minas Gerais.

3 O nome Péla Macaco era dado às matas que ficavam entre Figueira do Rio Doce e Itambacuri, por causa da grande incidência de febres, que chegavam a pelar os macacos.

4 Capoeira designa a mata secundária, que cresce depois de derrubada a cobertura primária.

5 Recenseamento da população de Figueira, por Joaquim Nery. 1930. Museu de Governador Valadares.

6 BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, s/ed, 1971, p. 204.

7 Ibidem.

8 Empresa subsidiária da Siderúrgica Belgo Mineira, instalada na baixa aluvial, que se estendia a jusante da cidade de Governador Valadares, onde hoje fica o bairro Universitário.

9 Em meados da década de cinqüenta, a área plantada com café correspondia apenas a 2,52% da área das quatro principais cultura (feijão, arroz, milho e cana-de-açúcar).

10 Depoimento dado por Hermírio Gomes da Silva, funcionário aposentado do SESP.

11 Mica ou malacacheta é a designação comum aos minerais do grupo dos silicatos de alumínio e de metais alcalinos aos quais freqüentemente se associam magnésio e ferro.

12 Diário do Rio Doce, ano 2, número 390, página 1.

13 O beneficiamento empregava principalmente mulher. Havia o trabalho nas firmas e o trabalho doméstico. Nas portas dos casebres dos bairros pobres, sentada no banco de madeira ou no chão, com a ajuda de uma cunha, a mulher ia desfolhando o bloco de mica. O resultado do trabalho era vendido às firmas compradoras.

14 13,4% (1972), 11,2% (1973), 11,8 (1975), 15,2% (1976).

15 Região do Rio Doce é a Macrorregião de Planejamento VIII, do Estado de Minas Gerais, pela regionalização em vigor àquela época. Ela engloba a zona de Governador Valadares, Caratinga e Teófilo Otoni.

16 Segundo estudo de Francisco Melhem Buruqui. Inter-Relação Solo-Pastagem nas Regiões Mata e Rio Doce do Estado de Minas Gerais. UFV, 1982.

17 Soares, Weber. **Emigração de Valadarenses para outros países e impacto no mercado imobiliário.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1995. Tese de Mestrado.